

negócios iniciativas

Este suplemento faz parte integrante do Jornal de Negócios nº 3009, de 28 de Maio de 2015, e não pode ser vendido separadamente.

Projectos editoriais realizados em parceria. Todos os conteúdos são de jornalistas do Negócios caso nada se diga em contrário.

Bruno Simão

Um olhar sobre a agricultura

- € É preciso investimento estrangeiro
- € O calvário da legislação e licenciamentos
- € Fundos disponíveis têm de ser bem usados

Retrato estatístico

Agricultura perdeu mais de 655 mil empregos

Fundos comunitários

Saiba como aceder aos apoios disponíveis



Publicidade

<http://maisportugal-popular.negocios.pt>

MAIS PORTUGAL

BANCO POPULAR / NEGÓCIOS

SETORES ESTRATÉGICOS PARA O PAÍS

AGRICULTURA

Popular

O banco que é para si

negocios

NEGÓCIOS INICIATIVAS Observatório da Agricultura

RETRATO ESTATÍSTICO

Agricultura perde 655 mil empregos

Em pouco mais de três décadas, a actividade agrícola viu desaparecer sete em cada dez pessoas que constituíam a sua mão-de-obra, a maior parte da qual era não assalariada.

AGRICULTURA EM PORTUGAL

A actividade agrícola mudou muito nas últimas décadas. Ou nem por isso? Os gráficos pintam o retrato de um sector que se revolucionou, mas que, em muitos aspectos, está na mesma.

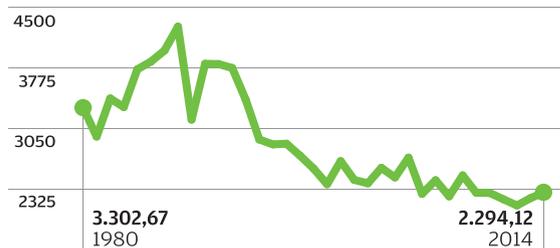
Peso do VAB da agricultura, silvicultura e pescas

Em % do VAB total da economia



VAB da agricultura

Em milhões de euros (preços constantes)



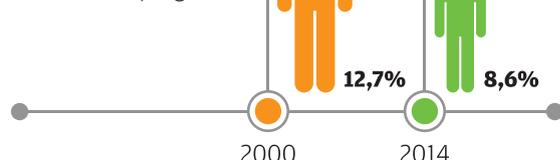
Mão-de-obra agrícola

Em milhares de pessoas



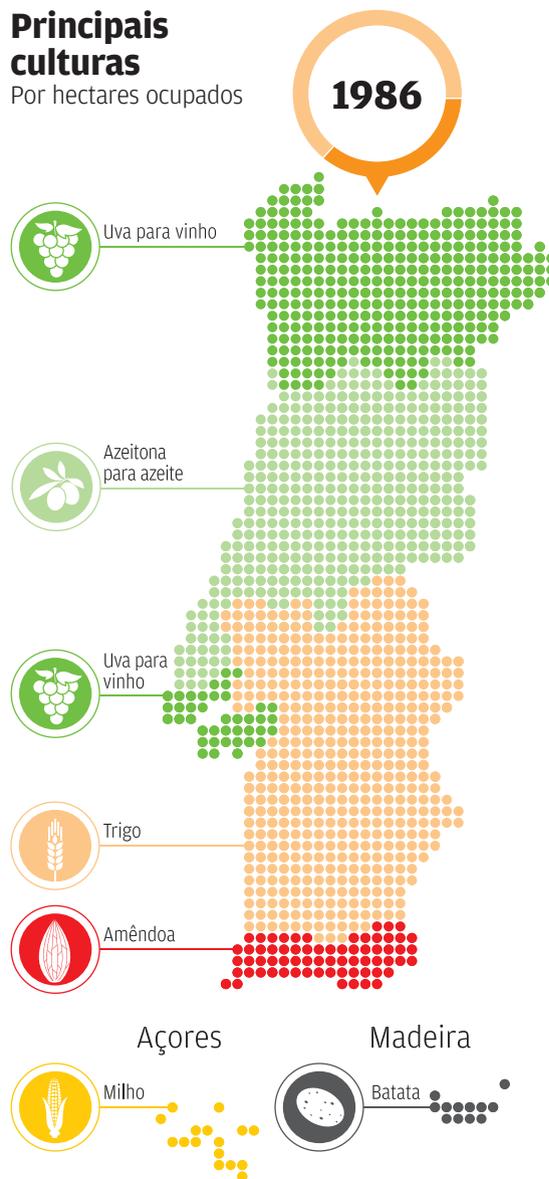
Peso do emprego na agricultura

Em % do emprego total



Principais culturas

Por hectares ocupados



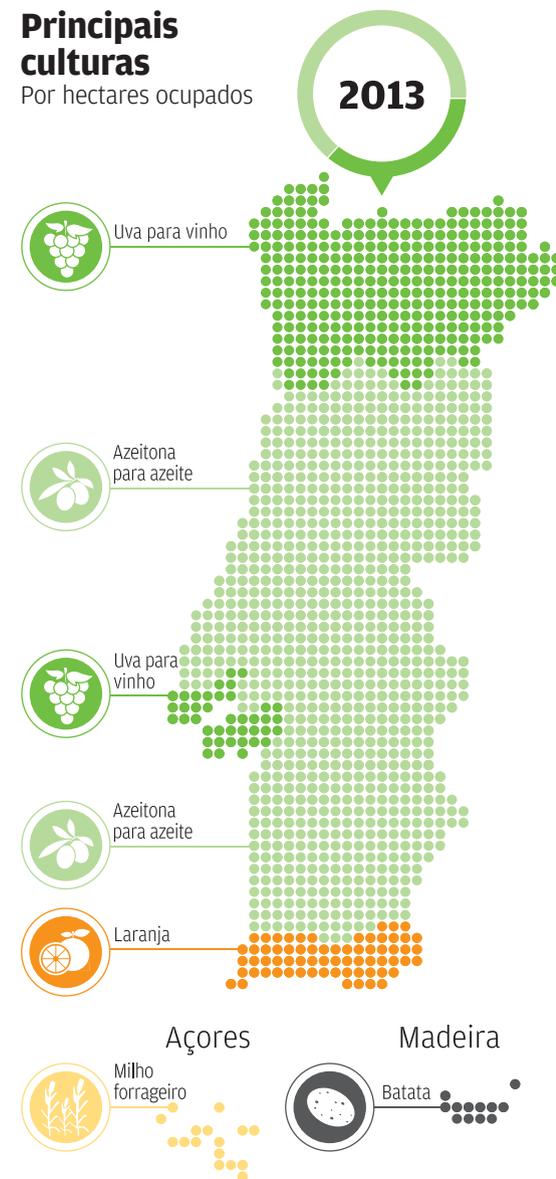
Líderes de produção em 86

Por toneladas produzidas

Norte	Batata
Centro	Batata
Lisboa	Tomate para indústria
Alentejo	Tomate para indústria
Algarve	Laranja
Açores	Batata
Madeira	Batata

Principais culturas

Por hectares ocupados



Líderes de produção em 2013

Por toneladas produzidas

Norte	Milho forrageiro
Centro	Milho forrageiro
Lisboa	Tomate para indústria
Alentejo	Tomate para indústria
Algarve	Laranja
Açores	Milho
Madeira	Batata

NUNO AGUIAR

naguiar@negocios.pt

Em 35 anos, a agricultura em Portugal perdeu 70% da sua mão-de-obra. Isto é, há menos 655 mil trabalhadores do que em 1980. Esta quebra concentrou-se na mão-de-obra “não-assalariada”, resultando numa agricultura menos relevante para a economia nacional,

mas mais profissionalizada.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), Portugal tem 277 mil pessoas a trabalhar neste ramo de actividade. Muito longe dos 932 mil do início dos anos 80. O que não mudou foi o seu carácter informal, com 77% da mão-de-obra a ser classificada como não-assalariada. Em 1980, essa percentagem era 81%.

A diminuição mais significativa do emprego ocorreu durante a década de 80. Em apenas 11 anos, 427 mil pessoas deixaram de trabalhar na agricultura (quase todas não-assalariadas).

A perda de mão-de-obra é apenas

um dos sintomas da diminuição do peso deste sector. Se olharmos para a evolução do seu valor acrescentado bruto (VAB) durante esse período observa-se uma contracção de 31%. Se o ponto de partida for o melhor ano (1987), a queda é ainda maior (46%).

Neste caso, grande parte da perda de valor ocorreu entre o final da década de 80 e 1998, tendo-se assistido a uma estagnação desde essa altura (excluindo o impacto da inflação). Numa análise que também agrega as pescas e a silvicultura, o peso da agricultura caiu de 5,4% da produção nacional em 1995 para 2,3% em 2014.

De uma perspectiva mais geral, a agricultura – tal como a indústria num período mais recente – perdeu terreno face aos serviços. Mas tornou-se também mais profissional. Por exemplo, olhando apenas para o passado recente, é verdade que houve perda de mão-de-obra, mas também um aumento de produtividade desde 2009.

Além disso, regista-se também um crescimento das sociedades agrícolas por oposição a produtores singulares, uma transformação que se traduz em mais eficiência e na adopção de uma gestão mais profissional.

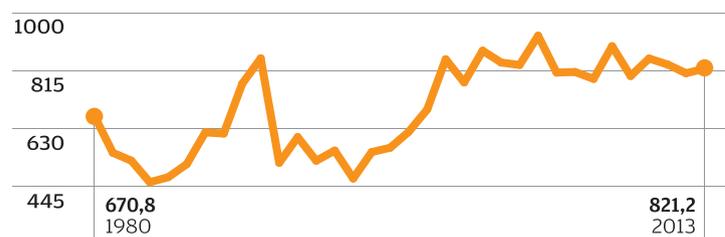
O INE nota que “apesar desta evo-

lução positiva, a agricultura portuguesa continua a apresentar indicadores laborais pouco competitivos quando comparados com a média da UE 28”, com uma produtividade equivalente a metade da média comunitária.

Metade do território português é utilizado para explorações agrícolas, mas com uma prevalência ainda muito elevada de explorações de pequena dimensão económica, pelo menos quando comparada com a Europa. O valor de produção padrão em Portugal são 17,1 mil euros por exploração agrícola, em comparação com os 25 mil euros na média da UE. ■

Investimento em agricultura

Em milhões de euros (preços constantes)



Dimensão económica

17.105

Valor médio de explorações agrícolas em Portugal

25.152

Valor médio de explorações agrícolas na UE 28

Top 10 exportações

Em milhões de euros (2014)



Retrato tipo do agricultor português

Em % do total de produtores agrícolas ou das suas famílias

Homens	68,3%
Mais de 65 anos	52%
Ensino superior	5,5%
Agregados familiares cuja maior parte dos rendimentos vem de outra fonte	81,1%
Tempo de trabalho	21,3 horas por semana

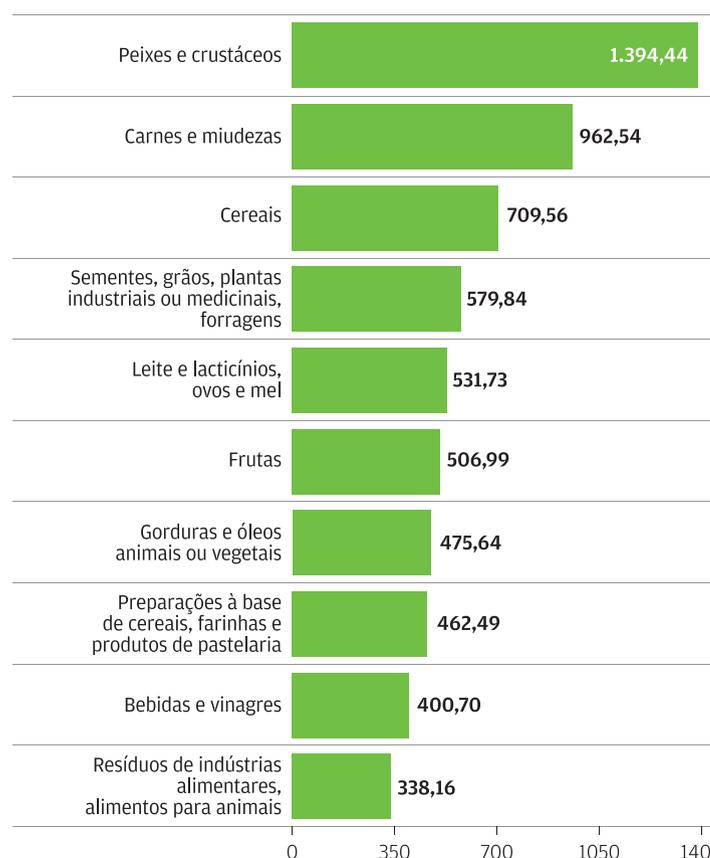
Número e dimensão das explorações

Em número e em hectares

	2009	2013
Número de explorações	305.266	264.419
Hectares totais ocupados com agricultura	3.668.145	3.641.592

Top 10 importações

Em milhões de euros (2014)



Maioria não vive da agricultura

Embora sejam cada vez menos os portugueses que trabalham na agricultura, o sector continua a não ser a principal actividade para a esmagadora maioria da mão-de-obra. “Apenas 6,2% dos produtores agrícolas vivem exclusivamente da actividade da exploração agrícola”, escreve o INE. Na realidade, em mais de oito em cada dez famílias de produtores agrícolas a principal fonte de rendimento é exterior à agricultura, com destaque para as pensões e reformas (65,3%). Isso é visível também na informalidade da mão-de-obra, 77% da qual é não-assalariada. O típico agricultor português é homem (68%), tem mais de 65 anos (52%), tem qualificações abaixo de ensino superior (94%) e trabalha 21,3 horas por semana. Ainda assim, é de notar que poucos pensam em deixar esta actividade. Mais de 95% pretende continuar nos próximos dois anos, devido ao valor afectivo (48%) e por ser um complemento ao rendimento familiar (31%).

A produtividade agrícola portuguesa é equivalente a metade da média dos 28 países da União Europeia.

THINK TANK NEGÓCIOS/BANCO POPULAR

Agricultura precisa de investimento estrangeiro

Bruno Simão



Numa reunião à porta fechada, a proposta foi falar livremente do sector agrícola com uma regra: tudo pode ser escrito, nada pode ser atribuído.

Um grupo de responsáveis da agricultura juntou-se para debater o sector, que vive um momento único mas com riscos. Eis o resultado de uma reflexão que alerta para os desafios a vencer.

Agricultura vive um momento único. A banca sabe disso e também se junta a esse momento. Os fundos comunitários que vão começar a chegar ajudam. Mas os alertas são deixados. A agricultura não é um sector no qual se ganhe dinheiro rapidamente, não é um sector de especulação. Exige sofrimento, tem margens

apertadas e tem um elevado risco.

Conselho: quem pensa no curto prazo não pense na agricultura. Alerta: “há muita gente jovem que está a investir e não está suficientemente elucidado sobre as condições que deve reunir para poder vir para o sector, por isso, há que ter um pouco de moderação no entusiasmo que se vive”. Por isso, ainda é cedo para

concluir se “o regresso à terra está a ser feito da forma mais adequada”.

Nos últimos tempos terá havido um rejuvenescimento do sector, mas há muita mortandade de jovens agricultores. É preciso perceber quantos vão conseguir permanecer.

“Hoje em dia fazem-se projectos de investimentos para justificar a instalação de jovens agricultores com base em planos que não vão acontecer”. Fala-se dos casos dos mirtilos, pequenos frutos, hortícolas forçadas em estufas, etc. “São uma construção financeira e uma folha de excel, não sustentáveis”.

O sector está a viver um bom momento, mas depara-se com custos de produção elevados - energia, a água - e com preços de venda baixos. Acresce a dificuldade de chegar aos mercados. O interno altamente concentrado na distribuição. O externo difícil de alcançar e com grau de exigência de tempo e capital grandes. As exportações são hoje relevantes também para este sector. Mas falta capacidade comercial e de aumentar produções.

“Neste momento é nítido que precisamos de investimento estrangeiro”, havendo necessidade de se

facilitar a vida a quem investe. Investimento estrangeiro para a agro-indústria, mas não só. Sem capital em Portugal, os investidores estrangeiros podem ser a opção para capitalizar os empresários agrícolas, que procuram dimensão e valor acrescentado. “É muito importante para aportar capital, conhecimento e desenvolvimento”. Também podem aportar mercados externos.

“Há muitos sectores em que podíamos estar a fazer coisas novas, por exemplo no Alqueva, e não estamos por falta de empresários com escala”. O investimento do Alqueva

Banca pisca olho a organização de produtores

Floresta quer melhores acordos

Ainda que estejam integrados no grande sector Agricultura, Silvicultura e Pesca, as duas últimas foram deixadas de fora da discussão neste grupo. As florestas, e também as pescas, dariam para debates autónomos. A floresta está hoje no topo deste grande sector, mas tem contribuído para agravar a balança comercial. Isto porque não há produção silvícola suficiente para a capacidade industrial instalada. E é à indústria que os recados são deixados neste grupo de discussão: é preciso melhor comunicação entre a produção e a indústria. “Os acordos podiam ser melhores”. Há mesmo quem, no grupo, aponte o dedo: “A ideia que os produtores têm menor tonelagem por hectare do que as celuloses em parte é verdade, mas também porque a indústria não quer dar nem ‘know how’ nem melhores plantas”. Ou seja, não conseguem mais toneladas por hectare por falta de tecnologia que não é transmitida aos produtores.

passou muito por Espanha. “O problema do país é de investimento e não vejo que possa ser outro que não estrangeiro”.

É que escala requer capacidade financeira. E essa nunca foi conseguida pelo empresariado nacional. Pondo a questão de outra forma: Nunca houve um Alfredo da Silva [criador da CUF] da agricultura. Ainda assim os agricultores investiram mais de sete mil milhões de euros nos últimos cinco anos. “Mais do que custaria o TGV”. ■

ALEXANDRA MACHADO

O sector agrícola em Portugal é dominado pelas pequenas explorações: 20% delas têm menos do que um hectare e 52% estão entre o um e os cinco hectares. E é aqui que está o grosso da actividade.

“Tem faltado uma estruturação do sector em termos empresariais e organizações integradas da cadeia de valor”, uma concentração que permitiria um ganho no poder negocial com a indústria e com a distribuição., afirma um dos participante no Observatório de Agricultura. “Em Portugal, não gostamos de nos juntar e quando nos juntamos é obrigados pelas circunstâncias e assim que podemos tripludiamos a organização”.

Um cenário que os próprios fundos comunitários querem combater, já que atribuem majoração a organizações de produtores ou agrupamento de produtores (OP/AP). Mais uma

vez aplausos de uns, críticas de outros. “Há uma variedade muito grande de modelos de organização dos sectores, não queiram fechar tudo nas OP/AP. Contam-se pelos dedos o número de OP/AP”, diz um líder do sector, acreditando que isso vai levar a que “se formem novas organizações em tempo recorde para que os agricultores possam aceder aos apoios. Parece-me uma obsessão clara por um modelo que porventura na Europa possa ser

A banca acredita que a terra neste sector deve ser financiada com capitais próprios.

uma realidade, mas que aqui pode levar tempo”.

Mas a esta preocupação a banca respondeu com mitigação do risco. “A existência de OP sólidas facilita muito o crédito de curto prazo, de tesouraria”. É a segurança de saber quanto vai produzir, em média, por hectare e a quanto vai vender o produto final. “O risco está mitigado e, por isso, nem é preciso olhar muito para a situação patrimonial do agricultor”. A banca não deixa dúvida de que a existência de uma organização no final facilita a apreciação de risco.

E é esse risco que a banca tem pretendido sempre mitigar. Não há dúvida que a agricultura é uma actividade de maior risco e com “pay-backs” a mais longo prazo. Não se pode olhar para um projecto agrícola num horizonte de 10 anos. No mínimo há que acrescentar mais 10 ou

15 anos. A garantia mútua também tem ajudado a mitigar esse risco, já que há operações de médio e longo prazos suportadas por essas garantias. Algo que a banca continua pouco disponível para financiar são terras. A compra de propriedades no sector agrícola é um activo fixo corpóreo e, como tal, exige-se o financiado com capitais próprios. Ainda assim, há já exemplos de financiamento à compra de propriedades, nomeadamente nos olivais do Alentejo.

Falta algum financiamento, falta capital de risco e falta a banca olhar para a agricultura com a sua própria especificidade. “Mas a banca está muito melhor com a agricultura, porque a agricultura está muito melhor”. Certo é que o índice de incumprimento deste sector está nos 7%, metade do malparado existente no segmento empresarial. ■AM

O calvário da legislação e dos licenciamentos

Uma unidade de exploração pecuária em Espanha demora seis meses a licenciar. Em Portugal pode chegar aos três anos. Uma realidade que leva todo o sector a reclamar uma revisão urgente nos licenciamentos. Um simplex para o licenciamento. Fala-se da agricultura, mas também de indústria agro-alimentar. E não há dúvida de que “a agro-indústria é muito importante para o desenvolvimento da agricultura. Mas é muito difícil licenciar uma agro-indústria e construir uma nova unidade dentro dos prazos que os empresários definem”.

Os processos de licenciamento são morosos até pela quantidade de diplomas e pelas várias entidades com quem se tem de contactar. Além do simplex, reclama-se o balcão único e um gestor de licenciamento que acompanhe o processo. “Batemos a viver um período difícil para implementar isso. O consumidor não tem rendimento disponível e as em-

presas de distribuição fazem um esforço permanente de promoção para não perderem quota, destroem valor para todos menos para o consumidor, que tem acesso a produtos mais baratos”. O reverso da medalha: qualquer dia não há o que comprar.

Há mesmo quem acredite estar a atravessar-se um “verdadeiro estado de sítio entre produtores e distribuidores”. E nem a legislação recente que tentou combater esse desequilíbrio resultou. “Não chegaram”. O dedo é apontado à excessiva concentração do lado da distribuição. “Há uma luta entre eles, que se digladiam para ter os melhores preços. Lutam pela quota e esmagam tudo e fazem um deserto à sua volta”. Há, então, que pensar em voltar aos mercados de proximidades e às cadeias mais curtas para que os produtores não tenham de vender só através da distribuição, como hoje acontece. ■AM

guagem é a mesma perante o mesmo diploma. Agravado pela subsistência de serviços públicos que actuam na base da desconfiança. “Temos de partir para a metodologia da confiança”.

O excesso de legislação avulso é outro óbice à actividade. Há quem, no Observatório, aproveite para mostrar um conjunto enorme de folhas de diplomas, regulamentos, leis que têm de ser seguidas pelas entidades. “Há leis que me recuso quase a lê-las, porque estão mal feitas”.

Mas se a legislação e o licenciamento são dois calvários, a agricultura não esquece de atacar o que considera ser o elo mais forte - a distribuição que, dizem, devia ter “uma lógica de comércio justo ao longo da cadeia de valor, que abrange produtor, indústria e consumidor. Mas estamos a viver um período difícil para implementar isso. O consumidor não tem rendimento disponível e as em-



Não há nenhum país que tenha a concentração [na distribuição] que nós temos. Há uma luta entre eles, que se digladiam para ter os melhores preços. Lutam pela quota e esmagam tudo e fazem um deserto à sua volta.

NEGÓCIOS INICIATIVAS Observatório da Agricultura

QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO

Fundos estão disponíveis.
Agora é usá-los bem

Vem aí dinheiro fresco. Quer para os apoios directos, quer para incentivos ao investimento. O dinheiro nos outros quadros foi gasto. O aviso mantém-se. Mais vale não gastar tudo.

O envelope para a agricultura nacional no actual quadro comunitário não veio mais magro. Portugal garantiu praticamente o mesmo valor de apoios, num quadro coincidente com a nova Política Agrícola Comum (PAC) que, ao contrário das suas antecessoras, tem como objectivo produzir mais. Nesta nova PAC define-se por outro lado que só quem for agricultor activo terá direito aos apoios e não quem tem terra.

As opções nacionais para a PAC não são consensuais. Há mesmo quem reclame mais benefícios para o desenvolvimento rural, para lutar contra a desertificação do interior.

Quanto ao PDR (Programa de Desenvolvimento Rural), que atribui fundos para o investimento, o mote é comum a todos os representantes no Observatório: que sejam bem utilizados. E há mesmo quem recorde as palavras do primeiro-ministro Pedro Passos Coelho que, na apresentação do Portugal 2020, disse preferir não gastar todos os fundos a gastá-los mal. “Esta é uma mudança enorme na lógica”. Portugal tem utilizado todo o envelope financeiro. A ideia deixada é consensual. Portugal tem, neste novo quadro, de saber utilizar os fundos. Mas não só. Tem de os disponibilizar de forma “rápida e ágil”. Nem sempre assim

aconteceu. O aplauso é igualmente generalizado pelo facto de neste quadro, dizem, promover-se o mérito. Há quem já tenha apresentado candidaturas. Há quem não o possa fazer. Dos protagonistas deste Observatório há quem reclame, desde já, uma alteração: não se limitar os pedidos neste quadro comunitário a apenas duas candidaturas. É o limite estabelecido para o investimento, mas há quem já antevê a necessidade de mais candidaturas. E acredita-se, até, que pode haver abertura para alterar essa situação. No entanto, para que os fundos chegassem a mais promotores houve essa limitação, tal como se limitou os montantes para os jovens agricultores.

Outra questão levantada foi o apoio visando apenas maquinaria nova, reclamando-se que eles cheguem também para a a manuten-

ção ou reparação de máquinas mais antigas que assim terão um tempo de vida útil maior.

Outro pedido, desde já deixado, é que se atente para os eventuais conflitos de interesse de quem decide os apoios. Não serem decisores em causa própria. Há quem assegure que esses conflitos existem. “O dinheiro tem de ser bem atribuído, os projectos bem avaliados e sabemos que há projectos que nascem e morrem logo a seguir”. É, por isso, também que se estranha a passagem de manutenção do projecto de sete para cinco anos. Dará azo a que haja mais casos em que o promotor recebe o dinheiro, mas depois, no fim do período, abandona-o. Há várias críticas, mas também elogios. Uma coisa é certa. As candidaturas estão abertas e o quadro pode ser revisto e melhorado. “O Estado português tem capacidade para o fazer”. ■ AM

Bruno Simão



O Negócios e o Banco Popular juntaram seis responsáveis do sector agrícola para uma discussão dos problemas desta actividade.

PROTAGONISTAS

Quem esteve no think tank sobre a agricultura

Optou-se pela regra Chatham House, em que tudo pode ser escrito, mas nada pode ser atribuído para maior liberdade de opinião.



AMÂNDIO SANTOS
Presidente da Portugal Foods



ANTÓNIO SERRANO
Ex-ministro da Agricultura



CARLOS ÁLVARES
Administrador do Banco Popular



CELESTE PATROCÍNIO
Presidente da Direcção da Adega Cooperativa de Ponte de Lima



FIRMINO CORDEIRO
Director-geral da Associação de Jovens Agricultores de Portugal (AJAP)



JOÃO MACHADO
Presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP)



LUÍS VASCONCELLOS E SOUZA
Presidente do Grupo Agromais

PERGUNTAS FREQUENTES

Guia para a boa produção de candidaturas agrícolas

O financiamento à actividade agrícola e ao investimento no sector, porque subsidiado por Bruxelas, tem um prazo de vigência a sete anos, iniciado, na prática, em 2015. Portugal já fez as opções para os oito mil milhões de euros previstos. ISABEL AVEIRO

SOU AGRICULTOR: QUE APOIOS DIRECTOS TENHO?

A União Europeia (UE) apoia de forma directa os agricultores na sua actividade (através do primeiro pilar da Política Agrícola Comum). O valor que Portugal tem para o quadro em vigor (2014-2020) é de 4,4 mil milhões de euros. Como, em concreto, a PAC actual só entrou em vigor este ano (e tem um ano adicional para esgotar verbas), terminará em 2021. Até lá, e pelo plano que o actual Executivo prevê, há 48% desta verba que irá para pagamentos-base aos produtores já instalados, 30% para medidas ambientais (“greening”), 20% a apoios ligados à produção (“herança” da antiga PAC) e 2% dedicado a jovens agricultores. Os apoios são muito variáveis, consoante a produção em causa, seja tomate ou amêndoa (por hectare) ou gado.

4.438 PAGAMENTOS

Em Portugal, o regime dos pagamentos directos tem 4,4 mil milhões até 2021.

... MESMO TENDO APENAS MEIO HECTARE DE ÁREA?

Sim. Os agricultores com áreas mais pequenas também têm direito a candidatar-se a fundos europeus à actividade, sobretudo num quadro de desligamento da dependência do apoio àquilo que se produz - caminho que a PAC tem vindo a fazer nas últimas reformas. Todos os agricultores que tenham uma área mínima de meio hectare e tenham recebido ajudas inferiores a 500 euros no ano passado, ficam, aliás, abrangidos a partir de agora pelo novo Regime da Pequena Agricultura. Ou seja, ficam automaticamente elegíveis ao fazer a candidatura deste ano a um apoio mínimo de 500 euros. Os pagamentos directos são pagos, normalmente, em Dezembro de cada ano. E podem ser acumu-

lados com apoios ao desenvolvimento do sector.

QUERO MODERNIZAR O MEU LAGAR. O QUE FAÇO?



A PAC prevê verbas para o desenvolvimento das actividades agrícolas, pecuárias, silvícolas e florestais na Europa a 28 Estados. Cabe a cada membro da União definir o que fazer com a verba (no caso de Portugal serão 4,05 mil milhões de euros até 2020/21), através do seu Plano de Desenvolvimento Rural. E aqui cabem, no fundo, todos os apoios que os agricultores e empresários agropecuários e florestais se podem candidatar para o arranque, expansão e renovação da sua actividade - desde criação de um negócio de ervas aromáticas, à replantação de um olival, ao alargamento da produção de uma adega ou mesmo à introdução de um sistema de rega. Os concursos são abertos durante o ano, mas para ajudar ao planeamento do investimento privado (o financiamento público neste caso não é a 100%), a secretaria de Estado da Agricultura já fez o calendário das aberturas de candidaturas por tipo de acção, que pode ser consultado no site do PDR 2020. É no mesmo balcão virtual que os beneficiários podem submeter e acompanhar as suas candidaturas. Para quem é estrepante, as confederações de agricultores e associações sectoriais serão os melhores consultores.

SOU JOVEM E DECIDI SER AGRICULTOR. E AGORA?

É “jovem agricultor” o promotor de candidatura que tenha “idade compreendida entre os 18 e os 40 anos, inclusive, e se instale pela primeira vez numa exploração agrícola”. Além de te-

rem pagamentos directos apropriados, os jovens agricultores são igualmente beneficiados no plano de desenvolvimento ao sector. Para investimentos mínimos elegíveis de 55 mil euros e “inferior ou igual a três milhões de euros”, os jovens que se dediquem à agricultura têm prémio à instalação, sobre a forma de financiamento não reembolsável, de 15 mil euros. A majoração (a partir de 25%) sobe à medida do investimento (a contar dos 80 mil euros).

500 PEQUENA PRODUÇÃO

Regime de pequena agricultura está prevista no PDR, com apoio de 500 euros por ano.

PRODUZO LEITE NOS AÇORES OU VINHO NA MADEIRA. HÁ AJUDAS?



A agricultura e a agro-pecuária das duas regiões autónomas portuguesas, também como ultraperiféricas que são, têm regimes próprios de apoio, participados por cada orçamento. Dos 4,05 mil milhões previstos no plano de desenvolvimento rural nacional (PDR 2020), uma fatia de 3.583 milhões de euros fica em Portugal Continental. Uma parcela de 295,3 milhões de euros irá para os Açores, a que a região autónoma adicionará mais 45 milhões para o ProRural+ nos próximos sete anos. No caso da Madeira, o ProDeRAM receberá 179 milhões de euros de Bruxelas nos próximos sete anos, a que o orçamento regional juntará outros 25 milhões.

A AGRICULTURA TEM RISCOS. HÁ SEGUROS?

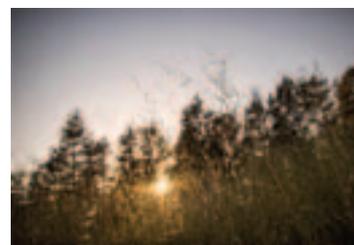
O sistema de seguros - que era claramente ineficiente e cronicamente deficitário nos últimos anos - passou a estar integrado no novo quadro comunitário de apoio 2020. O que quer dizer que os seguros de colheitas terão, pelo menos, financiamento previsto para os próximos sete anos. Culturas como a vinha e algumas frutas têm seguros específicos.

4.057 DESENVOLVIMENTO

Plano que financia investimento tem outros 4,05 mil milhões para apoiar a agricultura.

SE ME ASSOCIAR A OUTROS, HÁ VANTAGENS?

Sim, várias. Ao nível da obtenção de financiamentos, da majoração como jovem agricultor e até mesmo na candidatura a financiamento de seguros de colheitas. Bruxelas quer, Lisboa aceitou e legislou em conformidade, que agricultores, produtores, mas também donos de áreas florestais, se associem em entidades e organizações, de forma a ganharem força negocial com outras partes, com ganhos, acreditam, na sustentabilidade da gestão das áreas naturais. Em Portugal este é um tema fundamental nos próximos sete anos, num contexto de fim de quotas leiteiras na União Europeia em 2015, mas também tendo em conta o novo acordo comercial do bloco de 28 Estados-membros com os EUA (TTIP, na sigla inglesa).



TOME NOTA

Hoje, a que apoios posso candidatar-me?

No regime de pagamentos directos, as candidaturas estão abertas até 31 de Maio. No PDR o calendário é contínuo. Há que estar atento.

PAGAMENTOS DIRECTOS ATÉ 31 DE MAIO

A contar de hoje, 28 de Maio, inclusive, tem quatro dias para candidatar-se a pagamentos directos (primeiro pilar da PAC) à agricultura e pecuária, como jovem ou adulto com mais de 40 anos. O fecho foi adiado de 15 para 31 de Maio. Note que neste regime estão todas as medidas de “greening” elegíveis, ou seja medidas agrícolas que os produtores realizem e que Bruxelas veja como “benéficas para o clima e ambiente”.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PDR 2020)

31 DE MAIO DE 2015: encerramento das candidaturas das acções “Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas” (3.3.2) e “Pequenos investimentos nas explorações agrícolas” (3.2.2).

30 DE JUNHO DE 2015: encerramento das candidaturas às acções de “investimento na exploração agrícola” (3.2.1) e “Investimento, Transformação e comercialização de produtos agrícolas” (3.3.1).

31 DE OUTUBRO DE 2015: encerramento das candidaturas às acções “jovens agricultores” (3.1.1) e “Investimento na exploração agrícola + Jovens agricultores” (3.2.1).

Os agricultores podem também candidatar-se já algumas acções das medidas de “Agricultura e recursos naturais” (7) e “Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas” (9).